EDITORIAL

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO DIREITO CIVIL

Realizou-se, nos dias 21 e 22 de setembro de 2023, o IX Congresso Brasileiro de Direito Civil do IBDCivil – Instituto Brasileiro de Direito Civil –, no belíssimo *campus* da PUC-Rio, no Rio de Janeiro. No momento em que se celebram os 20 anos de vigência do Código Civil brasileiro, e diante da iminente reforma legislativa atribuída à comissão de juristas instituída pelo presidente do Senado Federal, o tema central do congresso intitulou-se *Perspectivas para o direito civil nos próximos 20 anos*, contando com juristas de todas as regiões do Brasil.

A confirmar o sucesso das edições anteriores, o evento se destaca, na agenda do direito civil, por sua importância metodológica e doutrinária, propiciando debates riquíssimos sobre a agenda atual do direito privado. Na pauta de discussão, sobressaíram-se os conflitos decorrentes das inovações tecnológicas e da inteligência artificial, bem como as formas de contratação digital em que as tratativas e o consenso entre as partes cedem lugar a mecanismos automatizados e de difícil controle social. Percebeu-se a necessidade de ampliação das conquistas metodológicas no plano da aplicação do direito, de modo a se evitar o descasamento entre o plano teórico e a operabilidade almejada para os instrumentos jurídicos.

Na atualidade, avultam os riscos à pessoa humana suscitados pela ausência de mecanismos de regulação aptos a disciplinar as novas tecnologias. Verifica-se, por outro lado, os acintosos contrastes sociais e os reiterados mecanismos de discriminação estrutural, que perduram na realidade brasileira. A tal realidade fática, voltaram-se os expositores. Proclamou-se, já na instigante conferência de abertura, a necessidade de intensificação das ferramentas jurídicas, com o apoio normativo de convenções internacionais, para que a proteção da pessoa humana adquira dimensão mais ampla e universalizante, abrangendo a tutela do ecossistema e dos animais, e a superação de todas as desigualdades, especialmente de gênero e étnico-racial.

Sobre os *direitos da personalidade*, as diversas apresentações tiveram por fio condutor a superação dos chamados direitos subjetivos típicos, timidamente

indicados na codificação, com a tutela integral da dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, III, da Constituição. A autonomia reprodutiva, a afirmação da igualdade e a tutela da pessoa intersexo, a identidade pessoal e a regulação da mudança imotivada do nome, todos aspectos essenciais que foram enfatizados e que desaguam na necessária formulação do conceito de vulnerabilidade genuinamente estabelecido para relações existenciais. No painel dedicado às *titularidades*, deu-se ênfase à fragmentação funcional do conceito rígido de domínio, a partir da finalidade social das relações jurídicas. A economia de compartilhamento, a nova função da usucapião para a regularização urbana e fundiária e o controle de dados pessoais se inserem nesse processo evolutivo.

No debate reservado ao *consumidor no ambiente virtual*, refletiu-se sobre as novas formas de contratação e os novos riscos para os quais os instrumentos do direito civil devem se voltar. Pontuou-se que a verticalização do mercado digital provoca a ilusão do consentimento na tomada de decisão do consumidor, sendo certo que sofisticados mecanismos de contratação se tornam abusivos na cotidiana aquisição de bens digitais na internet. Nessa mesma esteira, alertou-se para a forma insidiosa pela qual a inteligência artificial se vale de algoritmos que reproduzem práticas discriminatórias e para os chamados robôs sociais, aparentemente humanizados, mediante o antropomorfismo forjado pelo mercado para suscitar empatia e captar a confiança dos usuários.

No campo do *direito das sucessões*, examinou-se a evolução hermenêutica promovida por doutrina e jurisprudência e a necessária reforma legislativa diante das novas funções do testamento e do planejamento sucessório, bem como da profunda alteração dos modos de constituição das famílias e das noções de mútua assistência e de solidariedade familiar. No painel dedicado às *relações familiares*, ressaltou-se a passagem da capacidade formal do sujeito de direito para a sua autonomia relacional, e o tênue equilíbrio entre tutela das vulnerabilidades e a autonomia existencial, com vistas à preservação dos espaços possíveis de discernimento. A liberdade existencial adquire especial importância no âmbito da multiparentalidade, desde que o estabelecimento da filiação seja subordinado à autorresponsabilidade e à corresponsabilidade, no caso de escolhas conjuntas.

As *relações privadas e novas tecnologias* foram objeto de intensa reflexão, em que se advertiu para a hiperbolização da interferência dos agentes econômicos e de suas escolhas valorativas nas vidas privadas, mesmo nos espaços mais recônditos da pessoa humana, sobrelevando-se o insubstituível papel do Estado e da regulação jurídica diante das fronteiras ilimitadas das tecnologias. Em tal contexto, vem a lume o perigo da circulação de dados pessoais e da restrição do conceito de dados sensíveis, especialmente no tratamento e na utilização dos dados. Ainda nessa seara, a propósito da exaustão de direitos autorais e a aquisição de

bens digitais, salientou-se o poder transformador do direito, diante da realidade tecnológica em que, entre compartilhamentos, exclusões e inclusões digitais ditadas pelo mercado, corre-se o grave risco de perder-se o domínio sobre os bens jurídicos, transferindo-se a sua gestão a entidades abstratas, de difícil apreensão pela sociedade.

Também a *arbitragem* se tornou tema de discussão, conclamando-se a indispensável cooperação entre o Judiciário e a jurisdição arbitral e a reformulação dos currículos jurídicos para se estimular a menor litigiosidade e o aprimoramento de técnicas de negociação e de mediação. Sublinhou-se, ainda, o aprofundamento de questões de direito substantivo em conflitos arbitrais, especialmente no que tange à qualificação das relações contratuais. Em tal esteira, novos campos, como o direito das sucessões, podem se tornar objeto de disputas arbitrais, circunscritas às relações patrimoniais disponíveis. O dever de revelação do árbitro recebeu particular atenção, no sentido de se preservar a confiança das partes e o futuro da arbitragem como instância imparcial e independente. Por esse motivo, torna-se imperativo o respeito ao dever de revelação dos árbitros, cuja exigibilidade, longe de militar contra a arbitragem, destina-se a salvaguardá-la e promover a sua longevidade.

No campo da *responsabilidade civil*, discutiu-se o impacto de danos decorrentes da inteligência artificial em interesses juridicamente tutelados, bem como a necessidade de definição de critérios de incidência das imputações objetiva e subjetiva nos eventos danosos decorrentes de atividades tecnológicas. Enfatizou-se a função preventiva da responsabilidade civil para fazer frente aos desafios do momento presente. Os *novos perfis das relações contratuais* foram alvo da última mesa redonda, na análise dos chamados *smart contracts*, e da pertinência de utilização dos princípios da teoria das obrigações diante de situações jurídicas por vezes híbridas, que conjugam interesses existenciais e patrimoniais, subjacentes aos programas contratuais. O papel e a responsabilidade dos influenciadores digitais mereceram destaque, cabendo investigar os limites e as possibilidades de mediação do direito na atuação dos agentes, que não raro reproduzem práticas discriminatórias e pouco transparentes.

Diante do quadro evolutivo assim delineado, discutiu-se, na conferência de encerramento, o papel da doutrina nas próximas duas décadas. Algumas balizas foram propostas. Em primeiro lugar, a reafirmação de novo conceito de segurança jurídica a partir da densificação de cláusulas gerais, como a boa-fé objetiva e a função social, com a ampliação de seu espectro de incidência no direito obrigacional. Superam-se, assim, a técnica da subsunção e o método silogístico, insuficientes para abranger a tensão dialética entre o fato social e a norma abstrata, notadamente diante do fortalecimento da técnica legislativa de cláusulas gerais. Para tanto, reafirma-se a incorporação dos princípios constitucionais na atividade

hermenêutica, apartando os princípios e valores constitucionais da mera atuação integrativa dos princípios gerais de direito, de que trata o art. 4º da LINDB.

O desenvolvimento de instrumentos hermenêuticos capazes de romper o falacioso silogismo contido na técnica da subsunção propicia novos fundamentos para a interpretação e aplicação do direito. Nessa esteira, estabelecem-se parâmetros objetivos para a utilização da razoabilidade, com o reconhecimento de sua autonomia conceitual em relação a outros institutos e de sua íntima vinculação aos valores e princípios do ordenamento jurídico, evitando-se o apego a valorações subjetivas de pouca confiabilidade como critério hermenêutico. Ausentes tais parâmetros, a razoabilidade transforma-se em reforço argumentativo ocioso, revelador da percepção subjetiva do magistrado. Em contrapartida, afastando-se desse viés individualista, a razoabilidade adquire relevantíssimo papel balizador do exame de legitimidade dos interesses em confronto. Mediante a razoabilidade, o intérprete poderá aferir em que medida a disciplina incidente para certa hipótese se encontra consentânea com a axiologia constitucional.

Esse mesmo juízo de ponderação, que se torna permanente e não excepcional, aplica-se a hipóteses em que o legislador invoca a equidade. O juízo de equidade serve a calibrar princípios e regras para alcançar equilíbrio que não pode ser extraído de pretensão bom senso, ou de elementos externos ao sistema, como ajuste da lei imperfeita, subjetivamente efetuado pelo magistrado, que se sente autorizado, curiosamente, a corrigir o ditado normativo. Somente os princípios e valores constitucionais podem servir à fundamentação pelo intérprete no juízo de equidade, a ser, portanto, levado a cabo dentro do sistema – e não fora dele.

Coerentemente com esse entendimento, há que se evitar a fragmentação do sistema, com o surgimento de múltiplas especializações associadas ao mundo digital, ao tratamento de dados pessoais, à inteligência artificial, aos direitos reprodutivos e assim por diante. Todos esses setores (longe de constituírem microssistemas) integram o mesmo sistema jurídico e cabe à doutrina promover a unidade do ordenamento na legalidade constitucional. Desse modo, preservam-se as conquistas metodológicas alcançadas nesses últimos trinta e cinco anos de Constituição e vinte anos de Código Civil e assegura-se a instrumentalização de categorias e modelos jurídicos ao alcance do projeto de igualdade substancial e solidariedade social consagrado pela Constituição da República.

Gustavo Tepedino